

**DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDAS DIVERSAS (DOD-D)**

**COMPRA DIRETA**

**ATENÇÃO:** Somente utilizar esse modelo de DOD-D para as aquisições e serviços cujos valores não ultrapassem o limite estabelecido no artigo 24, incisos I e II da Lei 8.666/1993, alterado pelo Decreto 9.412, de 18/06/2018, atualmente correspondentes a R\$ 33.000,00 e R\$ 17.600,00 , respectivamente.

1. DATA: 15/3/2021

1. UNIDADE REQUISITANTE: ASSESSORIA DA ESCOLA JUDICIAL

Responsável pela requisição: Fernanda dos Reis Lisboa

Telefone/ramal para contato: Ramal 1026

1. DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO (SERVIÇOS e/ou MATERIAIS/EQUIPAMENTOS) COM SUAS ESPECIFICAÇÕES:

Contratação da mestre **Denise de Souza Luiz Francoski**, Desembargadora no Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJSC e integrante da 5ª Câmara de Direito Público, para palestrar sobre para palestrar no 2º Ciclo de Aprendizagem sobre “LGPD: caminhos para a preservação da privacidade”, transmissão ao vivo, com a utilização do google meet, a se realizar em **5 a 19 de abril de 2021** conforme Plano de Ação Formativa (PAF), ora anexado, sendo a remuneração pelo Ato Regulamentar GP nº 04/2012.

**Planos orçamentários: 50% Formação de Magistrados e 50% Capacitação de Recursos Humanos**

1. CONTRATAÇÃO URGENTE ou EMERGENCIAL? (x NÃO ( ) SIM. Se sim, justificar:

DATA DESEJÁVEL PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS: **5/4/2021**

1. JÁ FORAM REALIZADAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES PARA O MESMO OBJETO:

(X) NÃO ( ) SIM. Se sim, houve alguma ocorrência que afetou a qualidade dos serviços/fornecimento?

## 1. JUSTIFICATIVA PARA A NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E OS OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS:

Tendo em vista que a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13719/2018 - entrará vigor em maio de 2021, e, considerando o impacto de referida legislação nas áreas jurídicas e administrativas deste órgão público, a própria Presidência deste Tribunal, apresentou demanda no sentido de, por meio de curso da Escola Judicial, instrumentalizar, Magistrados e Servidores, acerca do conteúdo desta norma. A mencionada legislação trata da adequada forma de coleta, tratamento, armazenamento e proteção dos dados dos brasileiros ou pessoas que estejam em nosso território, bem como as punições para o descumprimento da lei em casos de vazamentos ou outras irregularidades. Ante o fato de o tema ser amplo, a Escola Judicial desenhou uma ação formativa com três ciclos de aprendizagem, para efeito de maior consolidação de conhecimento.

Neste segundo ciclo (de 5 a 19/04/2021) haverá o aprofundamento de temas relevantes (11 aulas de 2 horas-aula – plataforma Google Meet), além do fórum de discussão com problematização das temáticas desenvolvidas nas aulas (3 horas-aula – plataforma Moodle). O público-alvo deste ciclo é constituído de magistrados e servidores, com vagas limitadas, por conta da própria capacidade da plataforma.

Ao final do curso o aluno deverá ser capaz de:

- 1-) Reconhecer os princípios constante na lei;
- 2-) Identificar a quem se destina as regras da norma;
- 3-) Utilizar as normas constantes na LGPD tanto em âmbito pessoal quanto em âmbito profissional;
- 4-) Identificar potenciais causas de vazamento de dados;
- 5-) Conceituar inúmeras expressões, como, por exemplo: TICs, Gig Economy, Economia compartilhada; anonimização;
- 6-) Avaliar a quem se destina à norma no que tange às responsabilidades e às sanções nela contidas.

Singularidade do objeto: Trata-se de objeto singular, em razão de sua complexidade que demanda especialização do profissional que irá atendê-lo com garantia de eficiência no atendimento ao objeto.

Notória Especialização: A docente Denise Francoski é Mestre em Ciência Política e Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI (2002/2004), Mestre em Relações Internacionais pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL (1999/2001). Especialista em Direito Econômico Europeu pela Europa University Lisboa (1997). Especialista em Administração Pública e Sociedade pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC (1997). Pós-graduada pela Escola da Magistratura Catarinense, na 2ª Turma (1987-1988), Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1980-1985). Atualmente é Desembargadora no Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJSC e integrante da 5ª Câmara de Direito Público, Coordenadora do Comitê Gestor de Proteção de Dados – CGPD (TJSC), desde a sua criação em 2018 (com recondução ao biênio 2019/2020). Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais do Poder Judiciário de Santa Catarina Membro do Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos e de propostas voltadas à adequação dos tribunais à Lei Geral de Proteção de Dados, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Membro do Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos e de propostas voltadas à adequação dos cartórios extrajudiciais à Lei Geral de Proteção de Dados, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Compôs o Conselho da Magistratura e o Comitê de Organização de Divisão e Organização Judiciárias (TJSC) no biênio 2018/2019. Promovida a Desembargadora em 2016. Promovida a Juíza Substituta de Segundo Grau em 2012, para a Câmara Especial Regional de Chapecó. Ingressou na carreira da magistratura estadual catarinense no ano de 1988.

## 1. PREVISÃO DE CUSTOS:

**Valor: R\$ 500,00 (quinhentos reais).** Valor referente a 2 horas/aula (2 x 250 – valor de hora-aula para magistrados previsto no Anexo I do Ato Reg. GP 04/2012).

1. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA? Não se aplica.

(x) Não ( ) Sim. Se sim, indicar local para entrega e prazo máximo para apresentação

8.1 No caso de amostra, é necessário definir OBJETIVAMENTE os critérios de análise para aceitação, além das especificações.

8.2 Caso o objeto tenha grandes proporções, poderá ser encaminhado exemplar menor do objeto?

(x) Não ( ) Sim. Se sim, qual o tamanho mínimo?

8.3 Caso a amostra seja aprovada, a unidade poderá ser descontada do quantitativo a ser adquirido? ( ) Não ( ) Sim

8.4 é prevista marca de referência?

(x) Não ( ) Sim. Se sim, a amostra será dispensada caso seja proposta a marca de referência? ( ) Sim ( ) Não

8.5 é exigida marca específica?

(x) Não ( ) Sim. Se sim, a indicação de marca deve ser respaldada de justificativa robusta, como manutenção de padrão já existente, compatibilidade, garantia de equipamentos. Justificativa:

1. PRAZO DE EXECUÇÃO / LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU PARA O FORNECIMENTO DO OBJETO

A palestra da docente Des. Denise Francoski se realizará na data abaixo

11ª aula - 19/04 - segunda-feira

Tema: Governança e Boas Práticas

Ementa: artigos 50 e 51 da LGPD

Horário: das 10h às 12h

Local: Transmissão ao vivo, com a utilização do google meet.

1. GARANTIA MÍNIMA PARA OS SERVIÇOS E PEÇAS (SE COUBER) / OBJETO: Não se aplica.

1. HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE A SEREM OBSERVADOS?

SIM  NÃO

1. HÁ ARQUIVOS COMO FOTOS, PROJETOS, CROQUIS QUE PODEM SER DISPONIBILIZADOS AOS INTERESSADOS?

SIM  NÃO

Se sim, anexar

1. HÁ NECESSIDADE DE VISTORIA/VISITA TÉCNICA?

SIM  NÃO

Se sim, indicar nomes dos responsáveis para agendamento e telefone para contato

1. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?

SIM  NÃO

Se sim, indicar quais normas

1. SERÁ EXIGIDA DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA como material técnico ilustrativo, manual, laudo, certificação como ABNT, *AS BUILT* ?

SIM  NÃO

Se sim, indicar qual documentação

1. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Não se aplica.

1. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Instruem este pedido: Plano de Ação Formativa (PAF), Formulário de Contratação de palestrante externo, diploma de mestrado, Anexo III A, e o Ato Regulamentar GP 04/2012 .

Contato: Des. Denise Francoski - TJ-SC (48 9972-3716) - [dslf2502@tjsc.jus.br](mailto:dslf2502@tjsc.jus.br) -

Secretária Monike Clasen: [monikeclasen@tjsc.jus.br](mailto:monikeclasen@tjsc.jus.br)